



Ofício nº 098 / 2026 - GAB / SEHAB

Recife, 30 de março de 2026

Exmo. Senhor

CONSELHEIRO CARLOS NEVES

Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco

Assunto: Envio da Prestação de Contas FMHIS, referente ao exercício 2025.

Prezado Senhor,

Cumprimentando-o cordialmente, em atenção a Resolução TC nº 299/2025, de 19 de novembro de 2025, vimos pelo presente, encaminhar a PRESTAÇÃO DE CONTAS do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social-FMHIS, com sede na Av. Cais do Apolo, nº 925 - 11º andar, Bairro do Recife, CEP: 50.030-903, referente ao exercício de 2025.

Na oportunidade, renovamos as nossas cordiais saudações nos colocando à disposição para quaisquer esclarecimentos relacionados à documentação que ora remetemos.

Atenciosamente,

FELIPE CURTI

Secretário de Habitação



BALANÇO ORÇAMENTARIO
(Previsto na Lei Federal nº. 4.320/64 de acordo com o MCASP – 11ª edição)

Resolução TC nº. 299/2025 – ANEXO IV – Item 03
Exercício Financeiro encerrado em 31 de dezembro de 2025

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d)=(c-b)
Recetas Correntes (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetas de Capital (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito / Refinanciamento (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III+IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Deficit (VI)	-	-	35.691,98	35.691,98
TOTAL (VII) = (V + VI)	0,00	0,00	35.691,98	35.691,98
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados Para Créditos Adicionais)	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	0,00	0,00	0,00	0,00

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f) = (a+b-d-e)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)				
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	INSCRITOS		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO (e)= (a+b-c-d)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)			
Despesas Correntes	0,00	5.622,06	5.622,06	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	5.622,06	5.622,06	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	5.622,06	5.622,06	0,00	0,00



NOTAS EXPLICATIVAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1 - Denominação

O Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social - FMHIS tem sua sede e foro jurídico no Município do Recife, situado no Cais do Apolo, nº 925 - Recife/PE, CEP: 50.030-230, com atuação em todo o território municipal.

1.2 - Características

O Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social - FMHIS, fundo público da Administração Direta Municipal criado por meio da Lei nº 17.394 de 27 de dezembro de 2007 vinculada à Secretaria Municipal de Habitação.

1.3 - Finalidades e Competência

Financiar e garantir compromissos necessários à implantação de programas e projetos para moradias, nas modalidades de aquisição, construção, conclusão, ampliação, melhoria e lotes urbanizados, de unidades isoladas ou na forma associativa, para a população de baixa renda do Município, diretamente ou por meio da participação operacional e financeira do Fundo em empreendimentos financiados com recursos do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social.

1.4 - Recursos Financeiros

Constituem Receitas do FMHIS:

- a) imóveis e móveis, inclusive títulos de crédito que lhe forem destinados pelo Município do Recife;
- b) recursos correntes consignados anualmente no orçamento do Município;
- c) os provenientes de taxa de adesão, incorporados aos financiamentos dos mutuários finais que fizerem contrato habitacional com garantia deste Fundo;
- d) os decorrentes dos retornos de suas operações de financiamento e de concessão de garantias do Sistema de Habitação de Interesse Social;
- e) os egressos da recuperação de dívida por inadimplemento de financiamento e garantido ao financiado junto a instituições financeiras ou habitacionais no âmbito do Sistema de Habitação de Interesse Social;
- f) os oriundos de doações voluntárias ou contribuições de pessoas físicas ou jurídicas;
- g) os provenientes de alienação de bens móveis ou imóveis;
- h) os decorrentes de aplicações financeiras de disponibilidades de caixa do Fundo;
- i) outros recursos que lhe forem eventualmente destinados.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 - Declaração de conformidade

As demonstrações que compõem esta Prestação de Contas Anual foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei n.º 4.320/64, que estatuí



normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal; da Lei Complementar n.º 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal; das disposições do Conselho Federal de Contabilidade relativas aos Princípios Fundamentais de Contabilidade, Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), bem como das Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP).

2.2 - Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda do principal ambiente econômico de atuação do Fundo, denominada moeda funcional.

2.3 - Uso de estimativas e julgamento

A Administração, no uso de suas atribuições, realiza julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da administração do Fundo, relacionadas à probabilidade de eventos futuros.

3. PRINCÍPIOS E PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 - Caixa e Equivalentes de Caixa

Os equivalentes de caixa consistem nos saldos das contas em bancos e conta movimento. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

3.2 - Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual.

3.3 - Passivo Circulante e Não Circulante

Estão demonstrados por valores acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias.

3.4 - Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido está composto pelo subgrupo Resultados Acumulados. Reflete a situação patrimonial líquida, ou seja, compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos.



4. DEMONSTRAÇÃO DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

A estrutura do Balanço Orçamentário obedece ao art. 102 da Lei federal 4.320/64 e teve sua nova estrutura definida pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP - 11ª Edição), editado pela Secretaria do Tesouro Nacional, que trata dos aspectos orçamentários.

O Balanço Orçamentário apresenta as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou déficit de arrecadação.

Demonstra também as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

O Balanço Orçamentário é composto por:

Quadro Principal: são apresentadas as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. As receitas e despesas são apresentadas conforme a classificação por natureza. No caso da despesa, a classificação funcional também é utilizada complementarmente à classificação por natureza.

Quadro da Execução dos Restos a Pagar não Processados: são informados os restos a pagar não processados inscritos até o exercício anterior nas respectivas fases de execução. Os restos a pagar inscritos na condição de não processados que tenham sido liquidados em exercício anterior ao de referência, compõem o quadro da Execução de Restos a Pagar Processados.

Quadro da execução dos Restos a Pagar Processados: são informados os restos a pagar processados inscritos até o exercício anterior nas respectivas fases de execução.

4.1 Receitas

Registra-se a ausência de previsão e de arrecadação de receitas orçamentárias diretamente no âmbito do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social no exercício de 2025.

Tal circunstância decorre da sistemática de centralização da arrecadação e da gestão financeira adotada pelo Município, na qual os ingressos financeiros são contabilizados no Tesouro Municipal, em observância ao princípio da unidade de tesouraria e às diretrizes estabelecidas pelo MCASP.

Dessa forma, o Fundo não atua, no exercício, como unidade arrecadadora direta, sendo sua execução orçamentária dependente de descentralizações de créditos e de recursos financeiros promovidas pelo ente central.



4.2 Despesas

A dotação orçamentária inicial e atualizada do Fundo no exercício foi fixada em R\$ 110.000,00, integralmente classificada em Despesas Correntes, especificamente no grupo “Outras Despesas Correntes”.

A execução da despesa apresentou o seguinte comportamento:

- **Despesas Empenhadas:** R\$ 35.691,98
- **Despesas Liquidadas:** R\$ 35.691,98
- **Despesas Pagas:** R\$ 35.691,98

Observa-se que a execução corresponde a aproximadamente 32,45% da dotação atualizada, evidenciando realização parcial das ações orçamentariamente previstas, com manutenção de saldo de dotação no montante de R\$ 74.308,02.

Destaca-se a inexistência de despesas com pessoal, encargos sociais, investimentos ou amortização da dívida, refletindo a natureza operacional e específica das atividades desempenhadas pelo Fundo no exercício.

4.3 Resultado Orçamentário

O Balanço Orçamentário evidencia déficit orçamentário no montante de R\$ 35.691,98, decorrente da ausência de receitas orçamentárias registradas no âmbito da unidade gestora frente à execução de despesas.

Ressalta-se que tal resultado possui natureza estritamente formal, estando diretamente relacionado ao modelo de execução orçamentária adotado pelo Município.

Nesse contexto, as despesas executadas pelo Fundo refletem a aplicação de recursos disponibilizados pelo ente central, mediante descentralização orçamentária e financeira, não representando, de forma isolada, desequilíbrio na gestão fiscal do Fundo.

Adicionalmente, conforme preconiza o MCASP, o resultado orçamentário deve ser analisado em conjunto com os demais demonstrativos contábeis, especialmente o Balanço Financeiro e o Balanço Patrimonial, não sendo, de forma isolada, indicativo suficiente da situação fiscal e financeira da entidade.

4.4 Restos a Pagar

Conforme demonstrativos complementares:

- Não houve inscrição de Restos a Pagar Não Processados no exercício;
- Foram registrados Restos a Pagar Processados no montante de R\$ 5.622,06, integralmente liquidados, sem pagamentos no exercício corrente.

Tal comportamento evidencia que não houve assunção de obrigações sem prévia liquidação, em conformidade com os princípios da prudência e da

Secretaria de
Habitação



responsabilidade fiscal, mantendo-se obrigações regularmente constituídas para pagamento em exercício subsequente.

Felipe Curi Pereira da Silva
Secretário de Habitação do Recife

Luiz Octávio de Lavor Santos
Contador
CRC/PE nº 033447/O-3



Documento Assinado Digitalmente por: FELIPE CURI PEREIRA DA SILVA, LUIZ OCTAVIO DE LAHOR SANTOS
Acesse em: <https://stce.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 488ab52c-e218-41c5-b829-e00730e9943a



BALANÇO PATRIMONIAL
(Previsto na Lei Federal nº. 4.320/64 de acordo com o MCASP – 11ª edição)

Resolução TC nº. 299/2025 – ANEXO IV – Item 04
Exercício Financeiro encerrado em 31 de dezembro de 2025

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
ATIVO CIRCULANTE		
Caixa e Equivalentes de Caixa	5.797,22	5.797,22
Créditos a Curto Prazo	0,00	0,00
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	0,00	0,00
Estoques	0,00	0,00
Ativo Não Circulante Mantido para Venda	0,00	0,00
VPD Pagas Antecipadamente	0,00	0,00
Total do Ativo Circulante	5.797,22	5.797,22
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
Realizável a Longo Prazo	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00
Imobilizado	2.963,00	2.963,00
Intangível	0,00	0,00
Total do Ativo Não Circulante	2.963,00	2.963,00
TOTAL DO ATIVO	8.760,22	8.760,22

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
PASSIVO CIRCULANTE		
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	0,00	0,00
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	0,00	5.525,56
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	0,00	0,00
Transferências Fiscais a Curto Prazo	0,00	0,00
Provisões a Curto Prazo	0,00	0,00
Demais Obrigações a Curto Prazo	765,06	861,56
Total do Passivo Circulante	765,06	6.387,12
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	0,00	0,00
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	0,00	0,00
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	0,00	0,00
Transferências Fiscais a Longo Prazo	0,00	0,00
Provisões a Longo Prazo	0,00	0,00
Demais Obrigações a Longo Prazo	0,00	0,00
Resultado Diferido	0,00	0,00
Total do Passivo Não Circulante	0,00	0,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Patrimônio Social e Capital Social	0,00	0,00
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital	0,00	0,00
Reservas de Capital	0,00	0,00
Ajustes de Avaliação Patrimonial	0,00	0,00
Reservas de Lucros	0,00	0,00
Demais Reservas	0,00	0,00
Resultados Acumulados	7.995,16	2.373,10
(-) Ações / Cotas em Tesouraria	0,00	0,00
Total do Patrimônio Líquido	7.995,16	2.373,10
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8.760,22	8.760,22



QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo (I)		
Ativo Financeiro	5.797,22	5.797,22
Ativo Permanente	2.963,00	2.963,00
Total do Ativo	8.760,22	8.760,22
Passivo (II)		
Passivo Financeiro	765,06	6.387,12
Passivo Permanente	0,00	0,00
Total do Passivo	765,06	6.387,12
Saldo Patrimonial (III) = (I - II)	7.995,16	2.373,10

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Atos Potenciais Ativos		
Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	0,00
Direitos Conveniados e outros instrumentos congêneres	0,00	0,00
Direitos Contratuais	0,00	0,00
Outros Atos Potenciais Ativos	0,00	0,00
Total dos Atos Potenciais Ativos	0,00	0,00
Atos Potenciais Passivos		
Garantias e Contragarantias concedidas	0,00	0,00
Obrigações conveniadas e outros instrumentos congêneres	0,00	0,00
Obrigações contratuais	0,00	0,00
Outros atos potenciais passivos	0,00	0,00
Total dos Atos Potenciais Passivos	0,00	0,00

QUADRO DO SUPERÁVIT - DÉFICIT FINANCEIRO

FONTE DE RECURSOS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Fontes Ordinárias	5.032,16	-589,90
500 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	5.032,16	-589,90
Fontes Vinculadas	0,00	0,00
TOTAL DAS FONTES DE RECURSOS	5.032,16	-589,90



NOTAS EXPLICATIVAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1 - Denominação

O Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social - FMHIS tem sua sede e foro jurídico no Município do Recife, situado no Cais do Apolo, nº 925 - Recife/PE, CEP: 50.030-230, com atuação em todo o território municipal.

1.2 - Características

O Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social - FMHIS, fundo público da Administração Direta Municipal criado por meio da Lei nº 17.394 de 27 de dezembro de 2007 vinculada à Secretaria Municipal de Habitação.

1.3 - Finalidades e Competência

Financiar e garantir compromissos necessários à implantação de programas e projetos para moradias, nas modalidades de aquisição, construção, conclusão, ampliação, melhoria e lotes urbanizados, de unidades isoladas ou na forma associativa, para a população de baixa renda do Município, diretamente ou por meio da participação operacional e financeira do Fundo em empreendimentos financiados com recursos do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social.

1.4 - Recursos Financeiros

Constituem Receitas do FMHIS:

- a) imóveis e móveis, inclusive títulos de crédito que lhe forem destinados pelo Município do Recife;
- b) recursos correntes consignados anualmente no orçamento do Município;
- c) os provenientes de taxa de adesão, incorporados aos financiamentos dos mutuários finais que fizerem contrato habitacional com garantia deste Fundo;
- d) os decorrentes dos retornos de suas operações de financiamento e de concessão de garantias do Sistema de Habitação de Interesse Social;
- e) os egressos da recuperação de dívida por inadimplemento de financiamento e garantido ao financiado junto a instituições financeiras ou habitacionais no âmbito do Sistema de Habitação de Interesse Social;
- f) os oriundos de doações voluntárias ou contribuições de pessoas físicas ou jurídicas;
- g) os provenientes de alienação de bens móveis ou imóveis;
- h) os decorrentes de aplicações financeiras de disponibilidades de caixa do Fundo;
- i) outros recursos que lhe forem eventualmente destinados.



2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 - Declaração de conformidade

As demonstrações que compõem esta Prestação de Contas Anual foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei n.º 4.320/64, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal; da Lei Complementar n.º 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal; das disposições do Conselho Federal de Contabilidade relativas aos Princípios Fundamentais de Contabilidade, Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), bem como das Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP).

2.2 - Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda do principal ambiente econômico de atuação do Fundo, denominada moeda funcional.

2.3 - Uso de estimativas e julgamento

A Administração, no uso de suas atribuições, realiza julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da administração do Fundo, relacionadas à probabilidade de eventos futuros.

3. PRINCÍPIOS E PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 - Caixa e Equivalentes de Caixa

Os equivalentes de caixa consistem nos saldos das contas em bancos e conta movimento. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

3.2 - Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual.

3.3 - Passivo Circulante e Não Circulante

Estão demonstrados por valores acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias.

3.4 - Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido está composto pelo subgrupo Resultados Acumulados. Reflete a situação patrimonial líquida, ou seja, compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos.



4. DEMONSTRAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL

4.1. Do Ativo

O Ativo Total do Fundo no exercício foi de R\$ 8.760,22, composto por:

4.1.1 Ativo Circulante

- Caixa e Equivalentes de Caixa: R\$ 5.797,22
- Demais contas: sem registros relevantes

O ativo circulante é integralmente representado por disponibilidades financeiras, refletindo recursos mantidos em caixa e equivalentes, em consonância com o saldo final evidenciado no Balanço Financeiro.

4.1.2 Ativo Não Circulante

- Imobilizado: R\$ 2.963,00

O ativo não circulante refere-se a bens permanentes mantidos pelo Fundo, não havendo variação em relação ao exercício anterior, o que indica ausência de aquisições, baixas ou reavaliações no período.

4.2. Do Passivo

O Passivo Circulante totalizou R\$ 765,06, composto exclusivamente por:

- Demais Obrigações a Curto Prazo: R\$ 765,06

Verifica-se redução significativa em relação ao exercício anterior que foi de R\$ 6.387,12, decorrente, principalmente, da liquidação de obrigações anteriormente registradas como fornecedores e contas a pagar.

Não há registro de passivo não circulante, evidenciando que o Fundo não possui obrigações de longo prazo.

4.3. Do Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido apurado foi de R\$ 7.995,16, representado integralmente por Resultados Acumulados

Observa-se crescimento em relação ao exercício anterior que foi de R\$ 2.373,10, refletindo o resultado patrimonial positivo no período.

Tal evolução decorre, sobretudo:

- Da redução do passivo circulante;
- Da manutenção do nível de ativos;
- Da execução financeira equilibrada, conforme evidenciado no Balanço Financeiro.

5. DO SUPERÁVIT FINANCEIRO

Conforme quadro específico, o Fundo apresentou superávit financeiro no montante de R\$ 5.032,16, vinculado a recursos ordinários.



Esse resultado representa a diferença positiva entre ativo financeiro e passivo financeiro, indicando disponibilidade de recursos para cobertura de obrigações e eventual abertura de créditos adicionais no exercício subsequente, nos termos da legislação vigente.

Destaca-se a reversão do cenário do exercício anterior, que apresentava déficit financeiro, evidenciando melhoria na situação financeira do Fundo.

6. CONTAS DE COMPENSAÇÃO

O quadro de contas de compensação não apresentou registros relevantes de atos potenciais ativos ou passivos no exercício

Dessa forma, não há evidenciação de riscos fiscais relevantes decorrentes de obrigações contratuais, convênios ou garantias a serem destacadas neste demonstrativo.

Felipe Curi Pereira da Silva
Secretário de Habitação do Recife

Luiz Octávio de Lavor Santos
Contador
CRC/PE nº 033447/O-3



BALANÇO FINANCEIRO
(Previsto na Lei Federal nº. 4.320/64 de acordo com o MCASP – 11ª edição)

Resolução TC nº. 299/2025 – ANEXO IV – Item 05
Exercício Financeiro encerrado em 31 de dezembro de 2025

BALANÇO FINANCEIRO

INGRESSOS		
	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Receita Orçamentária (I)	0,00	0,00
Recursos Não Vinculados	0,00	0,00
Recursos Vinculados (EXCETO AO RPPS)	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Educação	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Saúde	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Assistência Social	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Previdência Social (EXCETO RPPS)	0,00	0,00
Demais Vinculações Decorrentes de Transferências	0,00	0,00
Demais Vinculações Legais	0,00	0,00
Outras Vinculações	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	0,00	0,00
Transferências Financeiras Recebidas (II)	41.314,04	28.637,94
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	41.314,04	28.637,94
Transferências Financeiras Recebidas Independentes de Execução Orçamentária	0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS	0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RGPS	0,00	0,00
Transferências Recebidas para o Sistema de Proteção Social dos Militares	0,00	0,00
Outras Movimentações Financeiras Recebidas (III)	0,00	0,00
Resgates de Investimentos e Aplicações Financeiras	0,00	0,00
Desbloqueios de Valores em Caixa	0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (IV)	1.330,79	7.223,38
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	0,00	0,00
Inscrição de Restos a Pagar Processados	0,00	5.622,06
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.330,79	1.601,32
Outros Recebimentos Extraorçamentários	0,00	0,00
Saldo do Exercício Anterior (V)	5.797,22	5.797,22
Caixa e Equivalentes de Caixa (exceto RPPS)	5.797,22	5.797,22
Caixa e Equivalentes de Caixa RPPS	0,00	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	0,00
TOTAL (VI) = (I+II+III+IV+V)	48.442,05	41.658,54



DISPÊNDIOS		
	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Despesa Orçamentária (VII)	35.691,98	34.260,00
Recursos Não Vinculados	35.691,98	34.260,00
Recursos Vinculados (EXCETO AO RPPS)	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Educação	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Saúde	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Assistência Social	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Previdência Social (EXCETO RPPS)	0,00	0,00
Demais Vinculações Decorrentes de Transferências	0,00	0,00
Demais Vinculações Legais	0,00	0,00
Outras Vinculações	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	0,00	0,00
Transferências Financeiras Concedidas (VIII)	0,00	0,00
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	0,00	0,00
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária	0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS	0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RGPS	0,00	0,00
Transferências Concedidas para o Sistema de Proteção Social dos Militares	0,00	0,00
Outras Movimentações Financeiras Concedidas (IX)	0,00	0,00
Transferências para Investimentos e Aplicações Financeiras	0,00	0,00
Bloqueios de Valores em Caixa	0,00	0,00
Pagamentos Extraorçamentários (X)	6.952,85	24.104,66
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	0,00	0,00
Pagamentos de Restos a Pagar Processados	5.622,06	23.268,40
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.330,79	836,26
Outros Pagamentos Extraorçamentários	0,00	0,00
Saldo para o Exercício Seguinte (XI)	5.797,22	5.797,22
Caixa e Equivalentes de Caixa (EXCETO RPPS)	5.797,22	5.797,22
Caixa e Equivalentes de Caixa RPPS	0,00	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	0,00
TOTAL (XII) = (VII+VIII+IX+X+XI)	48.442,05	64.161,88

	Exercício Atual			Exercício Anterior		
	Receita Orçamentária (a)	Deduções da Receita Orçamentária (b)	Saldo (c) = (a-b)	Receita Orçamentária (d)	Deduções da Receita Orçamentária (e)	Saldo (f) = (d-e)
Recursos Não Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados (EXCETO AO RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Previdência Social (Exceto ao RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Vinculações Decorrentes de Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Vinculações Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Vinculações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



NOTAS EXPLICATIVAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1 - Denominação

O Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social - FMHIS tem sua sede e foro jurídico no Município do Recife, situado no Cais do Apolo, nº 925 - Recife/PE, CEP: 50.030-230, com atuação em todo o território municipal.

1.2 - Características

O Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social - FMHIS, fundo público da Administração Direta Municipal criado por meio da Lei nº 17.394 de 27 de dezembro de 2007 vinculada à Secretaria Municipal de Habitação.

1.3 - Finalidades e Competência

Financiar e garantir compromissos necessários à implantação de programas e projetos para moradias, nas modalidades de aquisição, construção, conclusão, ampliação, melhoria e lotes urbanizados, de unidades isoladas ou na forma associativa, para a população de baixa renda do Município, diretamente ou por meio da participação operacional e financeira do Fundo em empreendimentos financiados com recursos do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social.

1.4 - Recursos Financeiros

Constituem Receitas do FMHIS:

- a) imóveis e móveis, inclusive títulos de crédito que lhe forem destinados pelo Município do Recife;
- b) recursos correntes consignados anualmente no orçamento do Município;
- c) os provenientes de taxa de adesão, incorporados aos financiamentos dos mutuários finais que fizerem contrato habitacional com garantia deste Fundo;
- d) os decorrentes dos retornos de suas operações de financiamento e de concessão de garantias do Sistema de Habitação de Interesse Social;
- e) os egressos da recuperação de dívida por inadimplemento de financiamento e garantido ao financiado junto a instituições financeiras ou habitacionais no âmbito do Sistema de Habitação de Interesse Social;
- f) os oriundos de doações voluntárias ou contribuições de pessoas físicas ou jurídicas;
- g) os provenientes de alienação de bens móveis ou imóveis;
- h) os decorrentes de aplicações financeiras de disponibilidades de caixa do Fundo;
- i) outros recursos que lhe forem eventualmente destinados.



2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 - Declaração de conformidade

As demonstrações que compõem esta Prestação de Contas Anual foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei n.º 4.320/64, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal; da Lei Complementar n.º 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal; das disposições do Conselho Federal de Contabilidade relativas aos Princípios Fundamentais de Contabilidade, Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), bem como das Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP).

2.2 - Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda do principal ambiente econômico de atuação do Fundo, denominada moeda funcional.

2.3 - Uso de estimativas e julgamento

A Administração, no uso de suas atribuições, realiza julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da administração do Fundo, relacionadas à probabilidade de eventos futuros.

3. PRINCÍPIOS E PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 - Caixa e Equivalentes de Caixa

Os equivalentes de caixa consistem nos saldos das contas em bancos e conta movimento. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

3.2 - Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual.

3.3 - Passivo Circulante e Não Circulante

Estão demonstrados por valores acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias.

3.4 - Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido está composto pelo subgrupo Resultados Acumulados. Reflete a situação patrimonial líquida, ou seja, compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos.



4. DEMONSTRAÇÃO DO BALANÇO FINANCEIRO

Conforme o MCASP, o Balanço Financeiro demonstra a receita e a despesa orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

Ainda de acordo com MCASP, o Balanço Financeiro possibilita a apuração do resultado financeiro do exercício e é composto por um único quadro que evidencia a movimentação financeira das entidades do setor público, demonstrando as seguintes informações:

- a) a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte/destinação de recurso, discriminando as ordinárias e as vinculadas;
- b) os recebimentos e os pagamentos extraorçamentários;
- c) as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária, destacando os aportes de recursos para o RPPS; e
- d) o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte. O Balanço Financeiro possibilita a apuração do resultado financeiro do exercício.

O Balanço Financeiro apresenta as receitas e despesas segregadas em ordinárias e vinculadas. As Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária refletem as movimentações das cotas financeiras recebidas no exercício.

4.1 Ingressos Financeiros

Os ingressos financeiros do exercício totalizaram R\$ 48.442,05, compostos pelas seguintes origens:

- **Transferências Financeiras Recebidas:** R\$ 41.314,04
- **Recebimentos Extraorçamentários:** R\$ 1.330,79
- **Saldo do Exercício Anterior:** R\$ 5.797,22
- **Receita Orçamentária:** R\$ 0,00

A ausência de receita orçamentária registrada no Fundo decorre da sistemática de centralização da arrecadação no Tesouro Municipal, em consonância com o princípio da unidade de tesouraria.

Nesse contexto, destaca-se que os recursos financeiros necessários à execução das ações do Fundo são disponibilizados por meio de transferências financeiras do ente central, o que justifica a relevância dessa rubrica na composição dos ingressos.



Os recebimentos extraorçamentários referem-se, essencialmente, a valores de natureza transitória, vinculados a depósitos restituíveis e outras obrigações que não impactam o resultado orçamentário.

4.2 Dispêndios Financeiros

Os dispêndios financeiros totalizaram R\$ 48.442,05, assim distribuídos:

- **Despesa Orçamentária:** R\$ 35.691,98
- **Pagamentos Extraorçamentários:** R\$ 6.952,85
- **Saldo para o Exercício Seguinte:** R\$ 5.797,22

A despesa orçamentária executada guarda plena consonância com os valores apresentados no Balanço Orçamentário, demonstrando consistência entre os demonstrativos.

Os pagamentos extraorçamentários compreendem, principalmente:

- Quitação de Restos a Pagar Processados (R\$ 5.622,06);
- Movimentações de depósitos restituíveis e valores vinculados (R\$ 1.330,79).

Tais registros evidenciam a regular liquidação de obrigações assumidas em exercícios anteriores, bem como a adequada gestão de recursos de terceiros.

4.3 Resultado Financeiro

O saldo financeiro ao final do exercício permaneceu em R\$ 5.797,22, idêntico ao saldo inicial.

Tal comportamento demonstra que:

- Os ingressos financeiros foram suficientes para suportar integralmente os dispêndios realizados no exercício;
- Não houve comprometimento das disponibilidades financeiras do Fundo;
- A execução financeira manteve-se equilibrada, independentemente do resultado orçamentário apurado.

Ressalta-se que o equilíbrio financeiro evidencia a suficiência de recursos disponibilizados pelo ente central para cobertura das despesas executadas.

Felipe Curi Pereira da Silva
Secretário de Habitação do Recife

Luiz Octávio de Lavor Santos
Contador
CRC/PE nº 033447/O-3



DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
(Previsto na Lei Federal nº. 4.320/64 de acordo com o MCASP – 11ª edição)

Resolução TC nº. 299/2025 – ANEXO IV – Item 06
Exercício Financeiro encerrado em 31 de dezembro de 2025

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	41.314,04	46.250,50
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00
Contribuições de Melhoria	0,00	0,00
Contribuições	0,00	0,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública	0,00	0,00
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	0,00	0,00
Venda de Mercadorias	0,00	0,00
Venda de Produtos	0,00	0,00
Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços	0,00	0,00
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	0,00	0,00
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	0,00
Juros e Encargos de Mora	0,00	0,00
Variações Monetárias e Cambiais	0,00	0,00
Descontos Financeiros Obtidos	0,00	0,00
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	0,00	0,00
Transferências e Delegações Recebidas	41.314,04	41.218,34
Transferências Intragovernamentais	41.314,04	41.218,34
Transferências Inter Governamentais	0,00	0,00
Transferências das Instituições Privadas	0,00	0,00
Transferências de Consórcios Públicos	0,00	0,00
Execução Orçamentária Delegada	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00
Outras Transferências e Delegações Recebidas	0,00	0,00
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	0,00	5.032,16
Reavaliação de Ativos	0,00	0,00
Ganhos com Alienação	0,00	0,00
Ganhos com Incorporação de Ativos	0,00	0,00
Ganhos com Desincorporação de Passivos	0,00	5.032,16
Reversão de Redução a Valor Recuperável	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	0,00	0,00
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	0,00	0,00
Resultado Positivo de Participações	0,00	0,00
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	0,00	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	35.691,98	34.260,00
Pessoal e Encargos	0,00	0,00
Remuneração a Pessoal	0,00	0,00
Encargos Patronais	0,00	0,00
Benefícios a Pessoal	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	0,00	0,00
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	0,00	0,00
Aposentadorias e Reformas	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00
Benefícios de Prestação Continuada	0,00	0,00
Benefícios Eventuais	0,00	0,00
Políticas Públicas de Transferência de Renda	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	0,00	0,00



ESPECIFICAÇÃO	Exercicio Atual	Exercicio Anterior
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	35.691,98	34.260,00
Uso de Material de Consumo	0,00	0,00
Serviços	35.691,98	34.260,00
Depreciação, Amortização e Exaustão	0,00	0,00
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	0,00	0,00
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	0,00	0,00
Juros e Encargos de Mora	0,00	0,00
Variações Monetárias e Cambiais	0,00	0,00
Descontos Financeiros Concedidos	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Financeiras	0,00	0,00
Transferências e Delegações Concedidas	0,00	0,00
Transferências Intragovernamentais	0,00	0,00
Transferências Inter Governamentais	0,00	0,00
Transferências à Instituições Privadas	0,00	0,00
Transferências à Instituições Multigovernamentais	0,00	0,00
Transferências à Consórcios Públicos	0,00	0,00
Execução Orçamentária Delegada	0,00	0,00
Outras Transferências e Delegações Concedidas	0,00	0,00
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	0,00	0,00
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas	0,00	0,00
Perdas com Alienação	0,00	0,00
Perdas Involuntárias	0,00	0,00
Incorporação de Passivo	0,00	0,00
Desincorporação de Ativos	0,00	0,00
Tributárias	0,00	0,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00
Contribuições	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	0,00	0,00
Premiações	0,00	0,00
Resultado Negativo de Participações	0,00	0,00
Incentivos	0,00	0,00
Subvenções Econômicas	0,00	0,00
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	0,00	0,00
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	5.622,06	11.990,50



NOTAS EXPLICATIVAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1 - Denominação

O Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social - FMHIS tem sua sede e foro jurídico no Município do Recife, situado no Cais do Apolo, nº 925 - Recife/PE, CEP: 50.030-230, com atuação em todo o território municipal.

1.2 - Características

O Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social - FMHIS, fundo público da Administração Direta Municipal criado por meio da Lei nº 17.394 de 27 de dezembro de 2007 vinculada à Secretaria Municipal de Habitação.

1.3 - Finalidades e Competência

Financiar e garantir compromissos necessários à implantação de programas e projetos para moradias, nas modalidades de aquisição, construção, conclusão, ampliação, melhoria e lotes urbanizados, de unidades isoladas ou na forma associativa, para a população de baixa renda do Município, diretamente ou por meio da participação operacional e financeira do Fundo em empreendimentos financiados com recursos do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social.

1.4 - Recursos Financeiros

Constituem Receitas do FMHIS:

- a) imóveis e móveis, inclusive títulos de crédito que lhe forem destinados pelo Município do Recife;
- b) recursos correntes consignados anualmente no orçamento do Município;
- c) os provenientes de taxa de adesão, incorporados aos financiamentos dos mutuários finais que fizerem contrato habitacional com garantia deste Fundo;
- d) os decorrentes dos retornos de suas operações de financiamento e de concessão de garantias do Sistema de Habitação de Interesse Social;
- e) os egressos da recuperação de dívida por inadimplemento de financiamento e garantido ao financiado junto a instituições financeiras ou habitacionais no âmbito do Sistema de Habitação de Interesse Social;
- f) os oriundos de doações voluntárias ou contribuições de pessoas físicas ou jurídicas;
- g) os provenientes de alienação de bens móveis ou imóveis;
- h) os decorrentes de aplicações financeiras de disponibilidades de caixa do Fundo;
- i) outros recursos que lhe forem eventualmente destinados.



2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 - Declaração de conformidade

As demonstrações que compõem esta Prestação de Contas Anual foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei n.º 4.320/64, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal; da Lei Complementar n.º 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal; das disposições do Conselho Federal de Contabilidade relativas aos Princípios Fundamentais de Contabilidade, Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), bem como das Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP).

2.2 - Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda do principal ambiente econômico de atuação do Fundo, denominada moeda funcional.

2.3 - Uso de estimativas e julgamento

A Administração, no uso de suas atribuições, realiza julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da administração do Fundo, relacionadas à probabilidade de eventos futuros.

3. PRINCÍPIOS E PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 - Caixa e Equivalentes de Caixa

Os equivalentes de caixa consistem nos saldos das contas em bancos e conta movimento. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

3.2 - Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual.

3.3 - Passivo Circulante e Não Circulante

Estão demonstrados por valores acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias.

3.4 - Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido está composto pelo subgrupo Resultados Acumulados. Reflete a situação patrimonial líquida, ou seja, compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos.



4. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

4.1 Variações Patrimoniais Aumentativas

As variações patrimoniais aumentativas do exercício estão relacionadas, predominantemente as transferências financeiras recebidas do ente central.

Considerando o modelo de execução adotado pelo Município, as transferências financeiras recebidas constituem o principal fator de incremento patrimonial do Fundo, sendo registradas como variações aumentativas, ainda que não classificadas como receita orçamentária.

Tal tratamento está em conformidade com o MCASP, que estabelece a distinção entre fluxo orçamentário e variações patrimoniais efetivas.

4.2 Variações Patrimoniais Diminutivas

As variações patrimoniais diminutivas decorrem, essencialmente:

- Da execução da despesa orçamentária no montante de R\$ 35.691,98;
- De eventuais registros relacionados à baixa de obrigações e pagamentos extraorçamentários.

Destaca-se que a maior parte das variações diminutivas está associada à execução de outras despesas correntes, refletindo a natureza operacional das atividades do Fundo.

5. RESULTADO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO

O resultado patrimonial do exercício foi **superavitário**, o resultado decorre, principalmente:

- Da manutenção das disponibilidades financeiras;
- Da redução do passivo circulante;
- Da compatibilidade entre ingressos financeiros e execução das despesas.

Ressalta-se que o resultado patrimonial positivo indica que as variações aumentativas superaram as variações diminutivas no período, contribuindo para o fortalecimento da posição patrimonial do Fundo.

Felipe Curi Pereira da Silva
Secretário de Habitação do Recife

Luiz Octávio de Lavor Santos
Contador
CRC/PE nº 033447/O-3



DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA

Resolução TC nº. 299/2025 – ANEXO IV – Item 07
Exercício Financeiro encerrado em 31 de dezembro de 2025

Declaramos para os fins específicos, em atendimento ao solicitado na Resolução TC nº. 299, de 19 de novembro de 2025 do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco – TCE/PE, referente à Prestação de Contas Anual do **FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL DO RECIFE** - exercício financeiro 2025, não houve movimentação para a Demonstração da Dívida Fundada.

Felipe Curi Pereira da Silva
Secretário de Habitação do Recife

Luiz Octávio de Lavor Santos
Contador
CRC/PE nº 033447/O-3



DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE

Resolução TC nº. 299/2025 – ANEXO IV – Item 08
Exercício Financeiro encerrado em 31 de dezembro de 2025

	Saldo Anterior	Movimentação no Período					Saldo para o Exercício Seguinte
		Inscrições	Baixa		Transferência de Restos a Pagar não Processados Inscritos em Exercícios Anteriores em Liquidação ou Liquidado		
			Pagamento	Cancelamento	Inscrição	Baixa	
Restos a pagar (Subtotal)	5.622,06	0,00	5.622,06	0,00	0,00	0,00	0,00
Processados	5.622,06	0,00	5.622,06	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	5.622,06	0,00	5.622,06	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal do RPP	5.622,06	0,00	5.622,06	0,00	0,00	0,00	0,00
Não Processados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal dos RPNP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depósitos (Subtotal)	861,56	765,06	861,56	0,00	0,00	0,00	765,06
Cauções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Consignações	861,56	765,06	861,56	0,00	0,00	0,00	765,06
Outros Depósitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Obrigações de Curto Prazo (Subtotal)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Obrigações de Curto Prazo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	6.483,62	765,06	6.483,62	0,00	0,00	0,00	765,06



NOTAS EXPLICATIVAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1 - Denominação

O Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social - FMHIS tem sua sede e foro jurídico no Município do Recife, situado no Cais do Apolo, nº 925 - Recife/PE, CEP: 50.030-230, com atuação em todo o território municipal.

1.2 - Características

O Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social - FMHIS, fundo público da Administração Direta Municipal criado por meio da Lei nº 17.394 de 27 de dezembro de 2007 vinculada à Secretaria Municipal de Habitação.

1.3 - Finalidades e Competência

Financiar e garantir compromissos necessários à implantação de programas e projetos para moradias, nas modalidades de aquisição, construção, conclusão, ampliação, melhoria e lotes urbanizados, de unidades isoladas ou na forma associativa, para a população de baixa renda do Município, diretamente ou por meio da participação operacional e financeira do Fundo em empreendimentos financiados com recursos do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social.

1.4 - Recursos Financeiros

Constituem Receitas do FMHIS:

- a) imóveis e móveis, inclusive títulos de crédito que lhe forem destinados pelo Município do Recife;
- b) recursos correntes consignados anualmente no orçamento do Município;
- c) os provenientes de taxa de adesão, incorporados aos financiamentos dos mutuários finais que fizerem contrato habitacional com garantia deste Fundo;
- d) os decorrentes dos retornos de suas operações de financiamento e de concessão de garantias do Sistema de Habitação de Interesse Social;
- e) os egressos da recuperação de dívida por inadimplemento de financiamento e garantido ao financiado junto a instituições financeiras ou habitacionais no âmbito do Sistema de Habitação de Interesse Social;
- f) os oriundos de doações voluntárias ou contribuições de pessoas físicas ou jurídicas;
- g) os provenientes de alienação de bens móveis ou imóveis;
- h) os decorrentes de aplicações financeiras de disponibilidades de caixa do Fundo;
- i) outros recursos que lhe forem eventualmente destinados.



2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 - Declaração de conformidade

As demonstrações que compõem esta Prestação de Contas Anual foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei n.º 4.320/64, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal; da Lei Complementar n.º 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal; das disposições do Conselho Federal de Contabilidade relativas aos Princípios Fundamentais de Contabilidade, Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), bem como das Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP).

2.2 - Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda do principal ambiente econômico de atuação do Fundo, denominada moeda funcional.

2.3 - Uso de estimativas e julgamento

A Administração, no uso de suas atribuições, realiza julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da administração do Fundo, relacionadas à probabilidade de eventos futuros.

3. DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE

O saldo remanescente de R\$ 765,06 refere-se aos tributos das notas fiscais emitidas com vencimento no exercício seguinte. Esses pagamentos serão regularizados ao longo do exercício de 2026.

Felipe Curi Pereira da Silva
Secretário de Habitação do Recife

Luiz Octávio de Lavor Santos
Contador
CRC/PE nº 033447/O-3



Resolução TC nº. 299/2025 – ANEXO IV – Item 09
Exercício Financeiro encerrado em 31 de dezembro de 2025

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA (\$)	ARRECADADA (\$)	DIFERENÇA (\$)		
			PARA MAIS	PARA MENOS	
Total	A consulta não retornou valores.				

Felipe Curi Pereira da Silva
Secretário de Habitação do Recife

Luiz Octávio de Lavor Santos
Contador
CRC/PE nº 033447/O-3



Resolução TC nº. 299/2025 – ANEXO IV – Item 10
Exercício Financeiro encerrado em 31 de dezembro de 2025

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA

CATEGORIA ECONÔMICA/GRUPO DE DESPESA	DESPESA AUTORIZADA					REALIZADA	DIFERENÇA
	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS	SUPLEMENTAÇÃO	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS	REDUÇÃO	TOTAL		
670100 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - FMHIS	110.000,00	0,00	0,00	0,00	110.000,00	35.691,98	74.308,02
3 - DESPESAS CORRENTES	110.000,00	0,00	0,00	0,00	110.000,00	35.691,98	74.308,02
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	110.000,00	0,00	0,00	0,00	110.000,00	35.691,98	74.308,02
TOTAL	110.000,00	0,00	0,00	0,00	110.000,00	35.691,98	74.308,02

Felipe Curi Pereira da Silva
Secretário de Habitação do Recife

Luiz Octávio de Lavor Santos
Contador
CRC/PE nº 033447/O-3



Resolução TC nº. 299/2025 – ANEXO IV – Item 11
Exercício Financeiro encerrado em 31 de dezembro de 2025

DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA REALIZADA, SEGUNDO A SUA NATUREZA

ESPECIFICAÇÃO	DESDOBRAMENTO	GRUPO DE DESPESA	CATEGORIA ECONÔMICA
3-DESPESAS CORRENTES			35.691,98
3-OUTRAS DESPESAS CORRENTES		35.691,98	
90 - APLICAÇÕES DIRETAS	35.691,98		
339039 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	35.691,98		
TOTAL			35.691,98
RESUMO GERAL			
DESPESAS CORRENTES			35.691,98
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA			
OUTRAS DESPESAS CORRENTES			35.691,98
TOTAL			35.691,98
DESPESAS DE CAPITAL			
INVESTIMENTOS			
INVERSÕES FINANCEIRAS			
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA			
TOTAL			
DESPESA TOTAL			35.691,98

Felipe Curi Pereira da Silva
Secretário de Habitação do Recife

Luiz Octávio de Lavor Santos
Contador
CRC/PE nº 033447/O-3



Resolução TC nº. 299/2025 – ANEXO IV – Item 12
Exercício Financeiro encerrado em 31 de dezembro de 2025

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÃO, SUBFUNÇÃO, PROGRAMA E FONTE

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA DE TRABALHO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
16 - HABITAÇÃO	35.691,98	0,00	35.691,98
482 - HABITAÇÃO URBANA	35.691,98	0,00	35.691,98
1219 - MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE	35.691,98	0,00	35.691,98
500 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	35.691,98	0,00	35.691,98
Total	35.691,98	0,00	35.691,98

Felipe Curi Pereira da Silva
Secretário de Habitação do Recife

Luiz Octávio de Lavor Santos
Contador
CRC/PE nº 033447/O-3



DECLARAÇÃO NEGATIVA

**PRESTAÇÃO DE CONTAS AO TRIBUNAL DE CONTAS DE PERNAMBUCO
EXERCÍCIO 2025**

Em cumprimento ao disposto no **Anexo IV, Item 13**, da Resolução TC N° 299, de 19 de novembro de 2025, declaramos que, no exercício de 2025, não foi emitido Relatório de Auditoria para a unidade **Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social do Recife**.

Atenciosamente,

 ASSINADO DIGITALMENTE POR
SEVERINO JOSE DE ANDRADE JUNIOR
CPF: ***.894.964-38 DATA: 16/03/2026 17:00
LOCAL: RECIFE - PE
CÓDIGO: b7b32cf6-d585-46bf-ab00-656134e24cad
REGULADO PELO DECRETO MUNICIPAL N° 33.682 de 25/05/2020 (RECIFE-PE)

Severino José de Andrade Júnior
Controlador-Geral do Município

Secretaria de
Habitação



Documento Assinado Digitalmente por: FELIPE CURI PEREIRA DA SILVA, FABIANA MARIA GONÇALVES DE BRITTO
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 62e73a13-9940-4863-8525-de28d5e97dac

**PRESTAÇÃO DE CONTAS AO TRIBUNAL DE CONTAS DE PERNAMBUCO
EXERCÍCIO 2025**

DECLARAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no Anexo IV, item 14, da Resolução TCE nº 299/2025 de 19 de novembro de 2025, declaramos que, no exercício de 2025, não foram realizadas auditorias pelo controle interno, não havendo medidas tomadas para o saneamento de possíveis irregularidades no Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social.

Atenciosamente,

FABIANA MARIA GONÇALVES DE BRITTO
Controlador Interno



SIHEX Sistema de Histórico de Extratos

Data: 30/03/2026

Página: 1 de 1

Cliente: FUNDO MUN HABITA INT SOCIAL FMHI
 Agência: 50 - CAIS DO APOLO, PE
 Período de solicitação do Extrato: 01/2023 à 07/2025

CPE/CNPJ: 10.565.000/0001-92
 Operação: 006 - Entidades Públicas

Conta: 00071097 - 2

Data Mov.	Nr. Doc.	Histórico	Valor	Saldo
Conta sem movimentação no mês (01/23) ou carga não processada.				

Data Mov.	Nr. Doc.	Histórico	Valor	Saldo
Conta sem movimentação no mês (02/23) ou carga não processada.				

Data Mov.	Nr. Doc.	Histórico	Valor	Saldo
SALDO ANTERIOR				245,26 C
06/03/2023	364749	CX PROGRAM	2.516,08 C	
06/03/2023	364749	DB PAG FOR	2.516,08 D	245,26 C

Data Mov.	Nr. Doc.	Histórico	Valor	Saldo
Conta sem movimentação no mês (04/23) ou carga não processada.				

Data Mov.	Nr. Doc.	Histórico	Valor	Saldo
Conta sem movimentação no mês (05/23) ou carga não processada.				

Data Mov.	Nr. Doc.	Histórico	Valor	Saldo
SALDO ANTERIOR				245,26 C
02/06/2023	364749	CX PROGRAM	7.548,24 C	7.793,50 C
21/06/2023	364749	CX PROGRAM	2.516,08 C	
21/06/2023	364749	EST PG FOR	2.516,08 C	
21/06/2023	364749	EST PG FOR	2.516,08 C	
21/06/2023	364749	EST PG FOR	2.516,08 C	
21/06/2023	364749	DB PAG FOR	10.064,32 D	7.793,50 C
23/06/2023	364749	EST PG FOR	2.444,88 C	
23/06/2023	364749	DB PAG FOR	7.280,04 D	2.958,34 C
28/06/2023	364749	DB PAG FOR	2.444,88 D	513,46 C

Data Mov.	Nr. Doc.	Histórico	Valor	Saldo
SALDO ANTERIOR				513,46 C
19/07/2023	364749	CX PROGRAM	2.516,08 C	
19/07/2023	364749	DB PAG FOR	2.516,08 D	513,46 C

Data Mov.	Nr. Doc.	Histórico	Valor	Saldo
Conta sem movimentação no mês (08/23) ou carga não processada.				

Data Mov.	Nr. Doc.	Histórico	Valor	Saldo
SALDO ANTERIOR				513,46 C
06/09/2023	364749	CX PROGRAM	2.516,08 C	3.029,54 C
22/09/2023	364749	DB PAG FOR	2.516,08 D	513,46 C

Data Mov.	Nr. Doc.	Histórico	Valor	Saldo
Conta sem movimentação no mês (10/23) ou carga não processada.				

Data Mov.	Nr. Doc.	Histórico	Valor	Saldo
Conta sem movimentação no mês (11/23) ou carga não processada.				

Data Mov.	Nr. Doc.	Histórico	Valor	Saldo
Conta sem movimentação no mês (12/23) ou carga não processada.				

Data Mov.	Nr. Doc.	Histórico	Valor	Saldo
Conta sem movimentação no mês (01/24) ou carga não processada.				

Data Mov.	Nr. Doc.	Histórico	Valor	Saldo
Conta sem movimentação no mês (02/24) ou carga não processada.				

Data Mov.	Nr. Doc.	Histórico	Valor	Saldo
Conta sem movimentação no mês (03/24) ou carga não processada.				

Data Mov.	Nr. Doc.	Histórico	Valor	Saldo
Conta sem movimentação no mês (04/24) ou carga não processada.				

Data Mov.	Nr. Doc.	Histórico	Valor	Saldo
Conta sem movimentação no mês (05/24) ou carga não processada.				

Data Mov.	Nr. Doc.	Histórico	Valor	Saldo
Conta sem movimentação no mês (06/24) ou carga não processada.				

Data Mov.	Nr. Doc.	Histórico	Valor	Saldo
Conta sem movimentação no mês (07/24) ou carga não processada.				

Data Mov.	Nr. Doc.	Histórico	Valor	Saldo
Conta sem movimentação no mês (08/24) ou carga não processada.				

Data Mov.	Nr. Doc.	Histórico	Valor	Saldo
Conta sem movimentação no mês (09/24) ou carga não processada.				

Data Mov.	Nr. Doc.	Histórico	Valor	Saldo
Conta sem movimentação no mês (10/24) ou carga não processada.				

Data Mov.	Nr. Doc.	Histórico	Valor	Saldo
Conta sem movimentação no mês (11/24) ou carga não processada.				

Data Mov.	Nr. Doc.	Histórico	Valor	Saldo
Conta sem movimentação no mês (12/24) ou carga não processada.				

Data Mov.	Nr. Doc.	Histórico	Valor	Saldo
Conta sem movimentação no mês (01/25) ou carga não processada.				

Data Mov.	Nr. Doc.	Histórico	Valor	Saldo
Conta sem movimentação no mês (02/25) ou carga não processada.				

Data Mov.	Nr. Doc.	Histórico	Valor	Saldo
Conta sem movimentação no mês (03/25) ou carga não processada.				

Data Mov.	Nr. Doc.	Histórico	Valor	Saldo
Conta sem movimentação no mês (04/25) ou carga não processada.				

Data Mov.	Nr. Doc.	Histórico	Valor	Saldo
Conta sem movimentação no mês (05/25) ou carga não processada.				

Data Mov.	Nr. Doc.	Histórico	Valor	Saldo
Conta sem movimentação no mês (06/25) ou carga não processada.				

Data Mov.	Nr. Doc.	Histórico	Valor	Saldo
Conta sem movimentação no mês (07/25) ou carga não processada.				

Documento Assinado Digitalmente por: FELIPE CURI PEREIRA DA SILVA, LUIZ OCTAVIO DE LAVOR SANTOS
 Acesse em: <https://tce.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 16553a3-982d-4ce9-b124-18960670f686





Extrato por período

Cliente: FUNDO MUN HABITA INT SOCIAL FMHI

Conta: 0050 | 3703 | 000575263543-4

Data: 24/03/2026 - 11:23

Mês: Dezembro/2025

Período: 1 - 31

Extrato

Data Mov.	Nr. Doc.	Histórico	Valor	Saldo
-----------	----------	-----------	-------	-------

* 660 - Não há lançamentos de extrato.

SAC CAIXA: 0800 726 0101

Pessoas com deficiência auditiva: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474

Alô CAIXA: 0800 104 0104

Documento Assinado Digitalmente por: FELIPE CURI PEREIRA DA SILVA, LUIZ OCTAVIO DE LAVOR SANTOS
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 16a5c3a3-982d-4cc9-b124-18960670fe86



Resolução TC Nº 299/2025, de 19 de novembro de 2025
ANEXO IV

Item 15 - CONCILIAÇÃO BANCÁRIA

NOME DA UG: FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL - FMHIS		CÓDIGO UG: 6701	
MÊS/ANO: DEZEMBRO 2025			
NOME/Nº BANCO: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL 104			
CONTA CORRENTE BANCÁRIA (Nº Agência/Nº C/C): 50 71097-2 575263543-4			
CONTA CONTÁBIL:		CONTA CORRENTE CONTÁBIL: 104 50 71097-2 575263543-4	
FINALIDADE DA CONTA: CONTA			
SALDO RAZÃO EM 31/12/2025		TOTAL (A)	R\$ 5.797,22
Saldo da conta contábil/corrente no Razão		R\$	5.797,22
Saldo da aplicação vinculada à c/c no Razão (nº da conta contábil/corrente)		R\$	-
(-) Débitos lançados no Razão e Não lançados pelo Banco			
Data	Nº Doc.	Histórico	Valor
01/06/2023		NOTA FISCAL RBO	R\$ 2.516,08
01/07/2023		NOTA FISCAL RBO	R\$ 2.516,08
01/06/2023		ISS RETIDO INDEVIDO	R\$ 125,80
01/07/2023		ISS RETIDO INDEVIDO	R\$ 125,80
		TOTAL (B)	R\$ 5.283,76
(+) Créditos lançados no Razão e Não lançados pelo Banco			
Data	Nº Doc.	Histórico	Valor
		TOTAL (C)	R\$ -
(-) Débitos lançados pelo Banco e Não lançados no Razão			
Data	Nº Doc.	Histórico	Valor
			R\$ -
		TOTAL (D)	R\$ -
(+) Créditos lançados pelo Banco e Não lançados no Razão			
Data	Nº Doc.	Histórico	Valor
		TOTAL (E)	R\$ -
(F) SALDO DO RAZÃO AJUSTADO (A - B + C - D + E)		R\$	513,46
(G) SALDO CONSOLIDADO DA CONTA BANCÁRIA EM 31/12/2025		R\$	513,46
Saldo do extrato da Conta Corrente Bancária		R\$	513,46
Saldo do extrato da Aplicação (nome/nº) vinculada à C/C		R\$	-
DIFERENÇA (F - G)		R\$	-

Secretaria de
Habitação



Documento Assinado Digitalmente por: FELIPE CURI PEREIRA DA SILVA
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 4fb417d-80b0-4539-ae56-a168b834b988

**PRESTAÇÃO DE CONTAS AO TRIBUNAL DE CONTAS DE PERNAMBUCO
EXERCÍCIO 2025**

DECLARAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no Anexo IV, item 16, da Resolução TCE nº 299/2025 de 19 de novembro de 2025, declaramos que, no exercício de 2025, não houve caixa (disponibilidades). Desta forma, não há Termo de Conferência de Caixa-TCC no Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social.

Atenciosamente,

FELIPE CURI PEREIRA DA SILVA
Secretário de Habitação



Resolução TC nº. 299/2025 – ANEXO IV – Item 17
Exercício Financeiro encerrado em 31 de dezembro de 2025

RELAÇÃO DE CONTAS BANCÁRIAS

Banco	Agência	Conta Corrente	Conta Aplicação	Finalidade	Saldo do Razão (A)	Saldo Bancário (B)	Diferença de Saldo (C = A - B)
104	0050	000575263543-4	-	Conta movimento do FMHIS	R\$ 5.797,22	R\$ 513,46	R\$ 5.283,76
						TOTAL	R\$ 5.283,76

Felipe Curi Pereira da Silva
Secretário de Habitação do Recife

Luiz Octávio de Lavor Santos
Contador
CRC/PE nº 033447/O-3